

# MÃES NA ACADEMIA: RELATOS DE EXPERIÊNCIA DE MATERNIDADE EM CURSOS DE GRADUAÇÃO

## MOTHER AT THE ACADEMY: MOTHERHOOD EXPERIENCE REPORTS IN UNDERGRADUATE COURSES

Carolina Guimarães Farneze<sup>1</sup>, Mari Cleise Sandalowski<sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo compreender de que forma a maternidade impacta o processo de formação profissional das estudantes, a partir das experiências de alunas mães na Universidade de Santa Maria. Conjuntamente, busco avaliar o impacto do trabalho reprodutivo durante o processo de formação profissional em cursos de graduação, mapeando as dificuldades encontradas por essas estudantes nas instituições de ensino superior. A pesquisa tem caráter qualitativo e exploratório, com a coleta de dados feita através de entrevistas semi estruturadas com mães de diferentes unidades educacionais da UFSM. Com isso, quero demonstrar a importância de se entender a maternidade como um elemento social, onde as redes de apoio são de suma importância para que o trabalho reprodutivo impacte o mínimo possível na rotina de estudos dessas estudantes. Por fim, serão apresentados os resultados da pesquisa e proposições que possam ser implementadas pelas instituições para acolher essas mulheres.

**Palavras-chave:** Maternidade; Ensino Superior; Estudante; Trabalho Reprodutivo.

### ABSTRACT

This oral presentation will address how motherhood impacts the professional qualification process of these students, based on the mother students reports at Santa Maria University (UFSM). This research started during the final paper of the Social Science graduation course, and has for its goal to evaluate the impact of the reproductive labor during the process of professional qualification in undergraduate courses, mapping the obstacles found by these students in higher education institutions. The research has qualitative and exploratory character, with its data collection done through semi structured interviews with mothers from different UFSM educational units. Thereby, I want to demonstrate how does it matter to understand motherhood as a social element, where the supportive networks have great importance to make the reproductive labor impact the least as possible the study routine of these students. Ultimately, it will be presented the research results and some propositions that can be applied by the institutions to shelter these women.

**Keywords:** motherhood; higher education; student; reproductive labor.

---

<sup>1</sup>Graduanda no curso de Ciências Sociais Bacharelado - UFSM. E-mail: carolesfarna@gmail.com.

<sup>2</sup>Orientadora e Professora Doutora do Departamento de Ciências Sociais - UFSM. E-mail: carolesfarna@gmail.com.

**Carolina Guimarães Farneze**

**MÃES NA ACADEMIA: RELATOS DE EXPERIÊNCIA DE MATERNIDADE EM  
CURSOS DE GRADUAÇÃO**

Artigo de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação de Bacharelado em Ciências  
Sociais, da Universidade Federal de Santa  
Maria (UFSM, RS), como requisito parcial  
para a obtenção do grau de **Bacharela em  
Ciências Sociais**

Aprovada em XX de Dezembro de 2023:

---

**Mari Cleise Sandalowski, Dra (UFSM)**  
Orientadora

---

**XXXX, Dra (UFSM)**  
Avaliadora

---

**XXXX, Dra (UFSM)**  
Avaliadora

Santa Maria, RS  
2023

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu grilo falante que nunca me abandonou!

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1. INTRODUÇÃO.....</b>                     | <b>5</b>  |
| <b>2. MATERNIDADE E O QUE É SER MÃE?.....</b> | <b>7</b>  |
| <b>3. MÃE E ESTUDANTE?.....</b>               | <b>12</b> |
| <b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>           | <b>17</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>        | <b>19</b> |

## 1. INTRODUÇÃO

A questão da maternidade tal qual a conhecemos hoje surge a partir das revoluções burguesas ocorridas nos séculos XVIII e XIX, moldando assim o pensamento moderno a partir dos ideais da burguesia liberal. Esse novo modelo de maternagem transforma a mulher mãe como a principal socializadora de seus filhos, responsabilizando-a por todo o processo. O cuidado, a partir desse momento, torna-se o único trabalho socialmente valorizado a ser exercido por uma mulher. Dentro desse contexto, há uma clara cisão entre os espaços público e privado, reconfigurando as relações de gênero, através da construção do homem/pai provedor e da mulher/mãe cuidadora. Diante disso, as consequências das novas exigências maternas, como construções sociais, políticas e ideológicas, são visivelmente observadas em diversos setores da sociedade. (Badinter, 1985; Iaconelli, 2023; Lagarde, 2005; O'Reilly, 2015; Michaels e Douglas, 2004; Dagmar Meyer, 2006; Lucila Scavone, 2005; Rich, 1986).

A presença das mulheres dentro das universidades brasileiras vem aumentando ano a ano<sup>3</sup>, e com sua chegada, surgem também novas demandas e usos para esses espaços com lógicas prioritariamente masculinas. Em uma sociedade atravessada pelas desigualdades de gênero socialmente e culturalmente construídas, que determina na maior parte das vezes quais espaços e atividades devem ser ocupados por cada um dos sexos, a autora Helena Hirata (2002, p. 281), afirma que “a divisão sexual do trabalho é sempre indissociável das relações entre homens e mulheres, que são relações desiguais, hierarquizadas, assimétricas e antagônicas [...] de exploração e de opressão entre duas categorias de sexo construídas socialmente”. Portanto para este trabalho compreenderemos que a divisão sexual do trabalho é a forma como o trabalho é dividido socialmente nas relações entre os sexos, variando de acordo com cada sociedade, com a eleição prioritária dos homens à esfera produtiva, ao espaço público e de poder, enquanto as mulheres são relegadas à esfera reprodutiva. Assim, a divisão sexual do trabalho irá primeiramente separar os trabalhos a serem realizados e os hierarquizar-los, privilegiando os homens nessa equação. Dentro da tradição marxista, o trabalho reprodutivo é aquele relacionado aos serviços ou os que estão ligados à reprodução da força de trabalho.

Dito isso, a pesquisa foi pensada com o objetivo de tentar compreender o impacto da maternidade no processo de formação profissional, na tentativa de mapear as dificuldades

---

<sup>3</sup> Segundo o Censo da Educação Superior (2021) 58,1% dos estudantes matriculados são mulheres. Quando se observa especificamente as licenciaturas, elas perfazem 72,5% das matrículas.

encontradas pelas mães estudantes dentro da Universidade Federal de Santa Maria. Mas como achar as mães dentro da universidade? Como construção metodológica, primeiramente entrei em contato com a Pró-Reitoria de Graduação, tentando buscar dados socioeconômicos dos estudantes da instituição que pudesse me ajudar nesta pesquisa, como por exemplo, dados sobre as licenças maternidades estudantis solicitadas pelas coordenações de curso, ou quaisquer outros dados que pudesse me ajudar a guiar e refinar a busca por essas mulheres, no entanto, na época, ou esses dados não estavam disponíveis para consulta ou não existiam relatórios sobre eles. Também enviei e-mails para as coordenações dos cursos perguntando se eles tinham dados ou conhecimento sobre estudantes mães em seus cursos, mas poucas foram as respostas recebidas. Diante disso, comecei a procurar outras mães estudantes através das mães que já conhecia; e assim fui conseguindo acessar mães de diferentes unidades educacionais da Universidade. A UFSM, segundo o SIE, Sistema de Informação para o Ensino, afirma em 28/01/2021 que a universidade é composta por 20.827 alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação, distribuídos em 8 centros educacionais e 118 cursos presenciais de graduação (UFSM, 2021).

Para o desenvolvimento desta pesquisa foram 07 mães entrevistadas dando prioridade para que fossem de diferentes centros, a fim de compreender as diferentes demandas dos diversos cursos ofertados pela instituição, ficando de fora da pesquisa o Centro de Tecnologia, composto pelos cursos de Engenharia, Arquitetura e Computação, e do Centro de Artes e Letras, composto pelos cursos de Música, Artes Visuais, Desenho Industrial, Letras e Artes da Cena<sup>4</sup>.

O perfil das mães entrevistadas nesta pesquisa se compõe de mulheres com idade entre 19 e 36 anos, todas naturais do Estado do Rio Grande do Sul, autodenominadas majoritariamente como brancas, a maioria com apenas um filho, com idades que variam entre 01 e 09 anos. Grande parte delas são solteiras, com renda média familiar entre 03 e 04 salários mínimos, e moram prioritariamente com suas famílias nucleares (pai, mãe e/ou irmãos). Apenas duas dessas mães exercem alguma atividade remunerada para complementar os rendimentos da família.

| <b>Estudantes<sup>5</sup></b> | <b>Idade</b> | <b>Raça</b> | <b>Estado Civil</b> | <b>Renda Familiar</b> | <b>Nº de Filhos</b> | <b>Idade dos Filhos</b> | <b>Mora com Quem</b> | <b>Função Remunerada</b> |
|-------------------------------|--------------|-------------|---------------------|-----------------------|---------------------|-------------------------|----------------------|--------------------------|
| Sofia                         | 24           | parda       | solteira            | mais de 5             | 1                   | 5 anos                  | irmão                | não                      |

<sup>4</sup> Nesses centros, ou não houve o retorno das mães para que a entrevista fosse realizada, ou elas não foram localizadas.

<sup>5</sup> Nomes fictícios como estratégia para preservar a identidades das mães.

| Estudantes <sup>5</sup> | Idade | Raça   | Estado Civil | Renda Familiar     | Nº de Filhos | Idade dos Filhos | Mora com Quem | Função Remunerada |
|-------------------------|-------|--------|--------------|--------------------|--------------|------------------|---------------|-------------------|
|                         |       |        |              | salários           |              |                  |               |                   |
| Clara                   | 23    | branca | solteira     | 1 a 2 salários     | 1            | 3 anos           | pais          | não               |
| Valentina               | 36    | branca | casada       | 1 a 2 salários     | 2            | 2;7 anos         | companheiro   | não               |
| Marina                  | 20    | branca | solteira     | 3 a 4 salários     | 1            | 1 ano            | companheiro   | não               |
| Luiza                   | 29    | branca | solteira     | 3 a 4 salários     | 1            | 6 anos           | pais          | sim               |
| Beatriz                 | 31    | preta  | solteira     | 3 a 4 salários     | 2            | 9 anos           | pais          | sim               |
| Juliana                 | 19    | branca | solteira     | mais de 5 salários | 1            | 1 ano            | companheiro   | não               |

## 2. MATERNIDADE E O QUE É SER MÃE?

A filósofa francesa Elisabeth Badinter, em sua obra “Um amor conquistado: o mito do amor materno” (1985), vai jogar luz para a transformação nas práticas de cuidados que foram tomadas com relação às crianças. Será a partir do século XVII que irá operar uma espécie de revolução das mentalidades, o amor materno vai se associar ao discurso econômico, entendido como o controle da mortalidade infantil e o fortalecimento do estado através de um grande contingente populacional e filosófico, através das ideias iluministas, situando as mulheres como mediadoras entre o Estado e a família, tornando-se responsáveis pelo futuro das sociedades. Portanto, a imagem da “boa mãe” passa a ser o tipo-ideal de mulher a ser seguido.

Aqui é importante compreender a transformação do papel da infância nesse processo. O autor Philippe Ariés (1981) vai traçar o perfil da infância desde o século XII, buscando compreender o sentimento sobre a infância, seu comportamento no meio social na época e suas relações com a família. Nesse período, as mulheres e crianças eram consideradas seres inferiores que não mereciam nenhum tipo de tratamento diferenciado, sendo inclusive a duração da infância reduzida. A partir do momento em que elas apresentavam independência física, eram inseridas imediatamente no mundo adulto, não passando assim pelos estágios da infância estabelecidos pela sociedade atual. A socialização das crianças durante a Idade Média não era controlada pela família, e sua educação era garantida pela aprendizagem através de tarefas realizadas juntamente com os adultos.

A noção de infância que temos atualmente vem das transformações sofridas na

instituição da família a partir do século XVII, onde surge um novo sentimento familiar vinculado à valorização da infância, migrando a centralidade da família da figura paterna para a criança. Dessa forma, o sentimento de infância vem de uma preocupação com a educação moral e pedagógica das crianças, assim como seu comportamento no meio social, refletindo as ideias que surgiram já na modernidade, ficando claro todo um processo histórico da sociedade vir a valorizar a infância. Ariès (1981) reconhece que a particularidade dos novos moldes da infância não será reconhecida e nem praticada por todas as crianças, devido às suas condições econômicas, sociais e culturais, nem todas elas podem vivenciar. Dessa forma, os sinais de desenvolvimento de sentimento para com a infância tornaram-se mais numerosos e mais significativos a partir do fim do século XVI e durante o século XVII, pois os costumes começaram a mudar, tais como os modos de se vestir, a preocupação com a educação, bem como separação das crianças de classes sociais diferentes.

Toda essa preocupação e cuidado com o comportamento de crianças e adolescentes estava ligada ao modelo de civilidade da época, isso significava ter boas maneiras e regras de etiqueta. Simultaneamente a esse processo, no início do século XVII, surgia um novo conceito sobre comportamento, além de uma literatura pedagógica destinada não somente às crianças e adolescentes, mas principalmente aos pais e educadores. Essa mentalidade é um dos fatores que vai influenciar o papel destinado à mulher, colocando-a como figura central de cuidado e estimulando a ideia do amor materno que começa a ser vinculado à noção de cuidado (ARIÉS, 1981). Nancy Chodorow (1990), em seu livro “Psicanálise da Maternidade”, afirma que durante muito tempo a maternagem é intrinsecamente relacionada à maternidade, sendo entendida como uma função feminina, uma vez que houve uma transposição social e cultural das capacidades de gestar, parir e amamentar das mulheres para os trabalhos de cuidados.

Badinter, já citada anteriormente, ainda vai mapear os discursos pelos quais essa mudança de paradigma do cuidado se deu no contexto europeu, mais especificamente o francês. Ela identifica que, com a ascensão da burguesia a partir de 1760, a sobrevivência das crianças passa a ser uma questão social importante, e há o incentivo às mulheres de assumirem os cuidados com a prole, exaltando a ideia do “amor materno” como um valor natural e social, benéfico à manutenção da espécie, assim como da sociedade. O discurso econômico da época baseava-se em estudos demográficos e pontuava a importância do combate ao declínio populacional para se ter um Estado forte, incentivando o resguardo dessas crianças e reclamando a proteção da maternidade para este fim.

A filosofia do liberalismo do século XVII, se juntou ao discurso econômico, através das ideias de liberdade, igualdade e felicidade individual, propondo que a noção de realização



das mulheres estava atrelada à maternidade. Por fim, os discursos feitos por médicos, religiosos e moralistas, articulando-se aos interesses econômicos do Estado, reforçaram a ideia de que era as mulheres que deveriam exercer o cuidado com os filhos, naturalizando o cuidado a partir da capacidade de gestar e parir uma criança (cf. BADINTER, 1985). Esses discursos repercutiram de formas distintas nas diferentes camadas da população, gerando formas de cuidado muito diversas.

Historicamente houve grandes transformações, muitas mudanças e conquistas se acumularam, contudo, permaneceu inalterada a situação de “identificação” da mulher com a maternidade e esfera privada. Mesmo ingressando no plano público do mundo do trabalho, a mulher manteve sua relação de pertencimento natural com o lar e como a principal responsável pelo bem estar familiar e cuidado do filho e/ou da filha e marido. Ainda hoje podemos ver o fortalecimento de alguns enunciados que mantêm essa norma e acabam por intensificar seus efeitos.

Nesse ponto, para avançarmos na análise é importante definirmos dois conceitos que serão utilizados para diferenciar pontos relevantes para entendermos questões relacionadas ao cuidado, muito utilizados nas discussões mais recentes sobre maternidade. O primeiro é o próprio conceito de maternidade (*motherhood*), sua definição, articulada por Adrienne Rich (1976), se refere ao poder biológico e aos significados institucionais, simbólicos e culturais da maternidade. O segundo conceito utilizado é maternagem (*mothering*), sendo desenvolvido por Sara Ruddick (1989), que vai contemplar as ações que envolvem o trabalho de cuidado, podendo este ser executado por qualquer pessoa. Essa diferenciação é importante para compreendermos a profundidade do impacto decorrente da associação entre a maternidade e a maternagem que implicam nas estudantes mães, bem como nos ajuda a pensar na possibilidade de políticas de acolhimento dessas mães dentro do espaço acadêmico.

A pesquisadora, Dagmar Meyer (2006), nomeia o processo mais recente de politização da maternidade, intensificada a partir do começo do século XX, que “não é inovadora, mas que atualiza, exacerba, complexifica e multiplica investimentos educativos-assistenciais que têm como foco mulheres mães” (MEYER, 2006, p.87). Quando perguntamos às mães estudantes sobre o que era maternidade e quais eram os sentimentos sobre serem mães, as respostas obtidas mostraram como essa idealização romântica da maternidade, a ideia da maternidade como vocação feminina atrelada a constituição identitária feminina descrita e analisada pelas autoras acima citadas, vai perpassar quase a totalidade das respostas. Expressões como “a melhor coisa do mundo” (Valentina, 36), “é a base de tudo” (Sofia, 24) e “é cuidar e amar demais” (Juliana, 19) estão frequentemente presentes nas respostas,

apresentando um contraste muito grande quando perguntado qual o sentimento em ser mãe, onde aspectos negativos como medo, solidão, vergonha e culpa predominam. Uma das entrevistadas relatou a vergonha e a culpa da seguinte forma: “não, isso não pode estar acontecendo comigo.” e/ou “já é difícil uma pessoa negra na faculdade, pobre, entrou lá, chegou lá... engravidou, [risos] né?” (Beatriz, 31). Isso mostra como é conflituoso o discurso romântico da maternidade, predominante no senso comum e que por sua vez traz uma sobrecarga às mulheres, inclusive durante esse momento de formação profissional.

Meyer (2006) afirma que o processo de politização da maternidade se constrói através das redes de poder-saber que vão determinar as práticas de intervenção da maternagem das mulheres. Essas redes são atravessadas por diferentes processos sociais, econômicos e políticos. Um deles é a racionalidade neoliberal, que vai entender a maternidade como uma escolha individual e, portanto, o indivíduo acaba sendo completamente responsável por suas escolhas. Depois do nascimento dos filhos, este processo vai responsabilizar a mãe e a ideia de “família desestruturada” por qualquer mal que possa acontecer.

No relato de outra estudante isso aparece claramente, uma vez que sua mãe vai reproduzir a responsabilidade, a culpa pela gravidez não planejada de sua filha, tendo entendido isso como um erro, um ato falho: “Minha mãe, ela... [risos nervosos] chorou e falou que... tinha errado na educação, né?” (Beatriz, 31) Esse tipo de discurso mostra que o processo de individualização retira a responsabilidade do Estado e da comunidade de se fazer presente em uma rede de apoio para acolhimento dessas mães na sociedade, sobrecarregando-as mais ainda com os trabalhos de cuidado necessários a essas crianças.

No entanto, o processo da racionalidade neoliberal, não se fecha apenas na individualização da responsabilidade do cuidado, ele ainda se manifesta na forma como será exigido a maternagem exercida pelas mães. A racionalidade neoliberal :

“caracteriza-se, dentre outras coisas, por conceber a vida e o indivíduo como empreendimentos infinitamente “aperfeiçoáveis” e pressupor que todos os indivíduos têm o direito e, sobretudo, o dever de manter, gerir e potencializar o seu próprio bem-estar. Este indivíduo é concebido como um sujeito autônomo, capaz de se autogovernar mais e melhor na medida em que se capacita (ou é capacitado) para fazer escolhas e responsabilizar-se por elas.” (MEYER, 2006, p. 87)

Ou seja, se pressupõe que o indivíduo deve aperfeiçoar cada vez mais sua forma de viver, seu corpo ou sua saúde, responsabilizando-a pela alocação dos meios e recursos

necessários para a consecução desse projeto de vida e saúde. No caso das crianças, essa dinâmica será realizada pelos seus cuidadores, impactando assim a forma de maternagem exigida das mães.

Nesse sentido, o ideal de maternidade, que se adapta de acordo com novas demandas econômicas e novos fatores sociais dos tempos atuais, vai entender que a boa mãe são aquelas mulheres que buscam ser intensamente mãe. Esta busca se constitui em uma atualização constante das últimas diretrizes de cuidado, como por exemplo, orientações referentes à alimentação mais adequada, protocolos de sono para bebês, atividades que estimulam o desenvolvimento neurológico, até técnicas disciplinares mais atuais para educação de seus filhos, procurando sempre o atendimento das necessidades das crianças e seu pleno desenvolvimento (Sharon HAYS, 1998). Isso acaba implicando na abdicação pessoal enquanto mulher, seus desejos e vontades, a partir da maternidade, devem estar voltados para um terceiro, no caso seus filhos, para que estes possam se tornar indivíduos que gozam plenamente de seus desejos.

Hays (1998) vai além e nos traz a imagem da “supermãe” que é essa mulher bem sucedida. Ela consegue comandar casa e trabalho, sem esforços, “enquanto empurra o carrinho de bebe com uma mão, carrega a pasta de executiva na outra. [...] Seus filhos estão sempre impecáveis, têm alma forte, grande autoestima e muitos bons modos - mas não são passivos” (HAYS, 1998, p.170). É importante ressaltar que esse ideal materno não corresponde à experiência vivida pela maioria das mulheres. Ela se aproxima de um ideal de profissional liberal, de classe média e branca, se tornando assim, um padrão inatingível pela maioria das mulheres. Essa noção de

Clara Araújo e Celi Scalon (2005) definem o cuidado como “a provisão diária de atenção social, física, psíquica e emocional às pessoas” (ARAÚJO; SCALON, 2005, p. 22). As responsabilidades familiares, que juntamente com essas provisões diárias, são atividades atribuídas, até os dias de hoje, exclusivamente às mulheres, prejudicando-as e tendo consequências no desenvolvimento de sua cidadania social. As autoras ainda afirmam que a incorporação dessa ideia de cuidado, como provisões diárias, permite resgatar um importante aspecto da dimensão das relações sociais cotidianas no espaço doméstico, transcendendo a ideia de ser apenas atividades mecânicas e tarefas. Estas contemplam “a construção subjetiva das emoções, do afeto e da solidariedade como parte constitutiva do desenvolvimento das interações humanas” (ARAÚJO; SCALON, 2005, p. 22).

A autora Marcela Lagarde (2005), aprofunda essa discussão quando ela vai pensar a composição dos grupos domésticos, que são definidos como um lugar de reprodução dos seres

humanos, organizados em torno de relações, atividades e funções econômicas, sociais, sexuais (procriadoras e eróticas), afetivas, sociais e políticas. Isso implica pensar que é dentro da família que o espaço de reprodução do social se faz, carregando consigo características próprias. Ainda segundo a autora, essas características vão passar por questões como a humanização dos indivíduos em sua própria cultura, ou seja, em tornar os seres humanos em sujeitos, tornando-os seres sociais com personalidade, e identidade próprias, estruturadas em torno dos eixos de gênero, classe, etnia, que se modificam com a idade e a partir da situação conjugal. Assim é possível manter a reprodução de estruturas, hierarquias, escalões, poder social e do Estado, a partir dessa identificação do processo de formação das identidades. Dentro dessa dinâmica, as mulheres são o núcleo dos grupos domésticos e estes giram em torno da sua existência e do seu trabalho que em primeira instância a definem.

Dito isso, a família, principalmente a figura das avós, aparece como ponto focal na vida dessas mulheres. São elas que vão ser a principal rede de apoio para que essas mães estudantes possam permanecer dentro da universidade. As escolas de educação infantil aparecem em segundo lugar nas citações para o provimento de cuidado dos filhos, é importante ressaltar que mães estudantes de cursos noturnos não podem contar com esse tipo de serviço, tornando sua situação mais precária. Já com relação aos pais dos filhos dessas mulheres, muitos negaram a paternidade ou dão pouco apoio, tanto financeiro, como de cuidado após o nascimento de seus filhos ou filhas. A maior parte deles também eram estudantes da mesma instituição. As mães estudantes que contam com a presença constante do pai de seus filhos nos trabalhos de cuidado são as que menos reclamam da falta de tempo para a realização de atividades tanto acadêmicas, como para si, mostrando assim a importância de uma melhor divisão desse tipo de trabalho.

### **3. MÃE E ESTUDANTE?**

Depois de entender como essas estudantes se veem, sentem e se entendem como mães, as entrevistas se voltaram para suas vidas acadêmicas, suas rotinas de aulas e atividades dentro e fora da universidade, rotinas de estudos, a necessidade do uso de algum tipo de ajuda institucional, se tiveram a necessidade de levar seus filhos para sala de aula, além da auto avaliação do impacto da maternidade em seus processos de formação profissional<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Neste estudo entendo como processos de formação profissional, as atividades realizadas em instituições de ensino credenciadas (no caso, instituições de ensino superior), nas quais uma ocupação obtém o direito exclusivo de realizar um determinado tipo de trabalho, controlando a formação e o acesso, assim como detendo o poder de determinar e avaliar a forma como o trabalho é realizado, a partir da afirmação das suas habilidades especiais, da

É importante ressaltar que o trabalho é ponto central na organização das sociedades atuais. Araújo e Scalon (2005) falam que na sociedade “pós-industrial” o trabalho vira peça central para se compreender nossa sociedade, podendo assumir três significados. O primeiro é como fonte de realização pessoal, conferindo status e afirmação econômica; o segundo é em sua dimensão instrumental, onde o trabalho vira elemento central para a manutenção da autonomia dos indivíduos, é o trabalho por necessidade. E por último temos o trabalho como elemento central da constituição das identidades dos indivíduos.

Flávia Biroli (2018) endossa essa ideia de trabalho quando fala que:

Muitas das percepções sobre quem somos no mundo, o que representamos para as pessoas próximas e o nosso papel na sociedade estão relacionadas à divisão sexual do trabalho. Nela se definem, também, dificuldades cotidianas que vão conformando trajetórias, possibilidades diferenciais na vida de mulheres e homens (BIROLI, 2018, p. 21).

Aqui temos de pontuar que o trabalho é sentido de forma diferente de acordo com os marcadores sociais existentes. A autora também afirma que a divisão sexual do trabalho é um espaço de construção e reprodução de gênero e este se dá de forma racializada e contempla uma dinâmica de classes. Assim, a divisão sexual do trabalho será a base em que se assenta a hierarquia de gênero, fomentando restrições e desvantagens que irão modular as trajetórias de vidas das mulheres.

Constatou-se no decorrer das entrevistas que a maior parte das estudantes mães fizeram uso de algum tipo de ajuda institucional, desde a licença maternidade, o benefício socioeconômico, ou auxílio creche, no caso das moradoras da casa do estudante. Houve uma estudante mãe que não solicitou a licença maternidade, pois teve medo de pedir a licença e ser negada pelos professores, “além do mais tive medo de ser perseguida caso pedisse, e receber trabalhos terríveis que eu não conseguisse fazer”.

Mesmo diante de um direito garantido em lei desde 1975, o acesso às informações sobre os auxílios estudantis referentes à maternidade ainda são pouco conhecidas por essas estudantes. Também não há dentro da instituição uma assistência estudantil mais presente quando se fala de estudantes mães que não moram dentro da casa do estudante. Dentro do período da licença, uma dificuldade encontrada por essas estudantes, é a realização de

---

qualidade singular de seu trabalho e dos benefícios que este trabalho proporciona para a sociedade. Em outras palavras, ele identifica a profissão como uma base ocupacional da organização do trabalho (Freidson, 1978).

algumas matérias, pois muitas delas são disciplinas práticas ou ofertadas em semestres alternados, tendo assim a estudante de atrasar em mais um ano o período de sua integralização.

Em novembro de 2021, entrou em vigor a resolução nº 064/2021, que versa sobre a Política de Igualdade de Gênero na Universidade Federal de Santa Maria. A partir de um levantamento feito junto à comunidade acadêmica, ela objetiva combater a desigualdade de gênero no âmbito institucional, contemplando algumas questões sobre maternidade. A resolução é estruturada a partir de 3 eixos integradores, sendo eles: Promoção da Igualdade de Gênero, Enfrentamento e Responsabilização em Casos de Violência e, por fim, Assistência. As questões que contemplam a maternidade vão aparecer nas disposições do terceiro eixo, Assistência, que tem como foco “prioriza(r) a articulação de unidades e órgãos executivos da instituição com profissionais e equipe capacitada para intervir nos casos de assédio (moral e sexual) e aprimorar programas de respeito à igualdade de gênero, bem como fomentar iniciativas inovadoras.” (Res. nº 064/2021)

Nesse documento, há diretrizes que vão desde a garantia dos direitos de amamentação livre em qualquer espaço da UFSM, passando pelo incentivo e compromisso na instalação de fraldários e trocadores em locais que possam ser facilmente acessados, tanto por homens quanto por mulheres, até políticas de permanência de mães e pais dentro da instituição. A política ainda prevê o respeito e a atenção à maternidade indígena, assim como o atendimento psicológico e o acompanhamento pedagógico às mães e pais nos órgãos destinados ao acolhimento desse público dentro da instituição.

Outro ponto importante que apareceu nas entrevistas foi que para a maioria dessas mães, em algum momento, houve a necessidade de levar seus filhos para dentro da sala de aula. As motivações foram diversas, indo desde o medo de deixar os filhos sob o cuidado de outras pessoas, falta de escolas de educação infantil que estivessem abertas no mesmo horário de suas aulas, a ausência das famílias ou outras figuras de cuidado na cidade em que estudam e até por motivos de doença da criança. Essa ausência de uma rede de apoio mais estruturada para acolhê-las, foi citada diversas vezes por essas mães. A ida dessas crianças para dentro das salas de aula estava condicionada à necessidade da presença dessas mães nesses espaços, respeitando a frequência exigida nos cursos presenciais, pois caso houvesse limite para se faltar, ou algum outro lugar que pudesse ser deixada a criança, ainda que dentro do campus, essas estudantes mães davam preferência para ir sozinhas a sala de aula, uma que vez que muitas delas relatam um desconforto em levar as crianças para esse espaço. Uma das mães

diz: “não gosto de levar a minha filha para as aulas, porque é calor, ou muito frio, vir com a criança é cansativo para eles”(Sofia, 24).

A reação dos professores e colegas de classe também impactam na reticência de levar as crianças para sala de aula. Aqui encontramos respostas opostas com relação aos colegas de classe, desde situações de grande acolhimento, com pessoas que se dispunham a ficar um pouco com as crianças durante as aulas, até colegas que se mostravam incomodados, independente da criança atrapalhar ou não o andamento das aulas. No entanto, o que mais chamou a atenção foram as reações dos professores sobre esse assunto.

A liberdade de cátedra, ou a autonomia para que o professor possa ministrar as suas aulas de acordo com as especificidades de suas turmas e território e com base nos documentos da Educação, é garantida pela Constituição brasileira. É justamente essa autonomia do professor dentro da sala de aula que mesmo com a nova política de igualdade de gênero, abre espaço de legitimação ou não da presença de crianças nesse espaço, tudo dependerá da posição pessoal dos professores sobre esse tema.

Aqui a política de igualdade de gênero já fornece subsídios para que mães e pais possam levar seus filhos de até 12 anos para dentro de sala de aula, a exceção de espaços que não se possa garantir sua segurança e integridade, no entanto, a medida ainda permanece desconhecida para a maior parte da comunidade acadêmica. Ainda segundo a resolução nº 064/2021, os professores têm de elaborar planos de trabalho/aula específicos com flexibilidade didático-pedagógica e avaliativa para contemplar as necessidades acadêmicas no período de afastamento das estudantes, além do mais há a previsão da possibilidade de justificar eventuais atrasos ou faltas em dias de entrega de trabalhos ou realização de provas, para mães e pais que estejam atendendo as necessidade específicas de seus filhos mediante a apresentação de atestados médicos e/ou declaração da escola.

Assim como os colegas de classe, as reações dos professores não são uniformes. Há professores que ajudam a cuidar das crianças dentro das salas de aula, que incluíram as crianças nas atividades propostas em aula, até aqueles que propuseram para suas turmas um ajuste no horário das aulas para que uma das estudantes mães não chegasse atrasada a aula e assim não perdesse seu conteúdo. Em contrapartida há relatos negativos, como a não permissão da entrada da criança em sala de aula, pois este “não era matriculado na disciplina”, a dificuldade de compreensão por parte dos professores com relação aos alunos que não se dedicam exclusivamente aos estudos. Há também relatos mais fortes como o de uma mãe que conta que: “o professor me disse que eu deveria ter escolhido entre ser mãe ou universitária, porque eu estava ocupando o lugar de alguém que se comprometesse 100% com o curso”

(Sofia, 24). Outra estudante relata que uma professora dela, mandou ela voltar para casa para ver os filhos uma vez que “eles crescem e essa idade não volta mais”. (Valentina, 36). Outra mãe relata o medo de estar levando sua filha para dentro da sala de aula ““eu pensava, meus deus e se alguém me denuncia por eu estar com ela em alguma aula que alguém deixou, mas um colega vai lá, óh ela fica levando a criança [...] tinha medo disso, sabe?” (Marina, 20).

Quando perguntadas sobre suas rotinas de estudo e o tempo gasto para os assuntos acadêmicos, todas relatam dificuldades. O local de estudo é um dos primeiros pontos a aparecer. Estudar dentro de suas casas é um desafio, devido a grande quantidade de interrupção dos filhos, havendo preferência das entrevistadas para estudar ou dentro da universidade nas horas vagas, ou em seus locais de trabalho. Todas dizem que também costumam estudar no período da noite, logo após os filhos dormirem, indo até de madrugada para dar conta das atividades propostas, como fica claro na fala de Clara, 23, “O estudo para uma pessoa que tem filho? É muito pouco.... é passar a noite em claro, depois de deixar os filhos dormir primeiro, pra depois pensar em estudar, né?” Há relatos de dificuldade de fixar o conteúdo estudado atrelado a essa dinâmica de disponibilidade do tempo para o estudo. A interrupção do tempo de estudo é o principal fator que colabora para a dificuldade na retenção desse conteúdo, como descreve Clara, que deixa sempre sua mesa com os materiais e livros utilizados no semestre, pois sempre precisa sair da mesa para atender alguma demanda de cuidados com seu filho. Segundo ela, “é difícil manter a concentração e o raciocínio assim.” Já Juliana afirma que lê textos enquanto amamenta o filho, "porque não pode dormir", o uso recorrente de tempos curtos para dar conta do que é proposto pelas disciplinas é frequentemente citado nas respostas dessas mulheres. Outro ponto levantado é a dificuldade de acompanhar atividades realizadas fora do campus, geralmente agendadas durante os finais de semana, justamente pela dificuldade de ter alguém para cuidar dos filhos. Dada essas dificuldades, poucas são as estudantes mães que participam de projetos de pesquisa e extensão. Quem conta com a ajuda da família, geralmente consegue participar dessas atividades extras.

A falta de uma rede de apoio que amplie os sujeitos de cuidado das crianças se torna central nas questões sobre o usos dos tempos dessas estudantes. Mesmo essas mães não residindo apenas com seus filhos, os cuidados são exercidos preferencialmente por elas, o que torna a conciliação dessas atividades um desafio. Nesse sentido, estruturas que podem, em alguma medida, socializar o trabalho de cuidado se torna questão central. Uma vez que a maioria dessas crianças frequentarem creches, escolas de educação infantil, ou escolas de ensino fundamental, há uma dissonância com relação aos horários de cada instituição com



relação aos horários das disciplinas ofertadas dentro da universidade. Assim, muitas vezes essas estudantes se veem obrigadas a chegarem atrasadas ou a terem de sair mais cedo, prejudicando assim sua formação.

Finalmente, quando questionadas sobre qual o impacto da maternidade em sua formação profissional, a maior parte das respostas traz elementos negativos. Perda da competitividade, medo de não entrar no mercado de trabalho, as dificuldades de concentração tanto em sala de aula como em casa, a falta de tempo existente na vida delas, referente tanto às demandas acadêmicas quanto às pessoais, assim como a constatação de uma queda no desempenho acadêmico. Marina diz que sente não aproveitar as aulas por conta da preocupação constante com seu filho, do mesmo jeito que Luiza diz “oportunidades que aparecem para a gente nunca vai ser a mesma coisa do que nossos colegas que não tem filhos”. Para elas é perceptível os desafios impostos pela condição materna. Como bem constata Valentia: “Meu marido disse que se fosse ele no meu lugar, (o professor) não teria dito isso. A história era outra, entendeu? [...] então o preconceito de ser mulher e ser mãe é muito grande”. Ainda sim para essas mulheres estar na academia é resistir. Beatriz finaliza sua entrevista dizendo que mesmo achando que os filhos “tinham atrapalhado” seu processo de formação profissional, ela entende que, hoje a “faculdade é algo para mim. É esse o espaço que ocupo para ser gente”.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como podemos perceber, o trabalho de cuidado exercido predominantemente pelas mulheres afeta claramente seu desenvolvimento profissional. Certamente as demandas de cuidados são diferentes no decorrer do crescimento de uma criança, mas é possível pensar propostas para que o ambiente acadêmico consiga acolher as necessidades das estudantes mães durante seus processos de formação profissionais. Não nos tornamos mães só na pós-graduação, não nos tornamos mães com 30, 40 anos. Nos tornamos mães antes da graduação e durante a graduação. E por que essas mulheres não são contempladas?

Pensando em propostas que possam dar maior suporte a essas estudantes, podemos começar por campanhas de sensibilização sobre os direitos de mães e crianças na comunidade acadêmica, trazendo luz às dificuldades enfrentadas por essas mulheres. Políticas internas que promovam a permanência das estudantes mães, como políticas de combate ao assédio moral e qualquer tipo de discriminação relacionadas a condição materna, além da promoção de um maior debate sobre o tema dentro e fora da Universidade, buscando diálogo com outras

instituições de ensino superior. Também podemos começar a discutir uma licença parental, para que possamos ampliar tanto as figuras de cuidado dessa criança, como desonerar a sobrecarga de trabalho vivida por essas estudantes.

Outra ação que pode ser feita é propor mudanças no regimento de graduação da universidade objetivando a permanência dessas estudantes nos cursos. No caso específico da UFSM, mesmo que haja uma política que trate sobre questões de abono de faltas por doença dos filhos; flexibilidade nos prazos de entrega de trabalhos (situação 6), realização de provas e outros eventos importantes do dia a dia dos cursos, sua implementação ainda não é efetiva, uma vez que essas políticas não são amplamente conhecidas pela comunidade acadêmica. No caso das disciplinas ofertadas em semestres alternados, pode-se ou ofertá-la novamente no semestre seguinte em caráter excepcional, ou propor uma disciplina de estudo dirigido para atender a demanda dessa aluna e não atrasar ainda mais sua formação profissional.

Já na parte de assistência estudantil, mesmo que seja previsto o do auxílio creche para as mães em situação de vulnerabilidade independente de morarem ou não na casa do estudante, é necessário pensar no suporte para a alocação do acesso dos filhos dessas mães a creches próximas do campus, através de convênios com escolas de educação infantil públicas ou privadas a fim de minimizar o impacto do cuidado no estudo dessas mulheres. Outro ponto é pensar na entrada dessas crianças no restaurante universitário, este só é permitido para os filhos das moradoras da casa do estudante. As demais alunas que não ocupam esse espaço, bem como alunas de pós-graduação não têm a possibilidade de poder levar seus filhos para se alimentar no restaurante, o que diminui ainda mais o tempo dedicado aos seus estudos. Por parte da instituição, pode-se pensar em ações que contemplem espaços de acolhimento, tanto para crianças como brinquedotecas, como para as mães durante a amamentação, além da ampliação da instalação de fraldários.

Essas podem ser algumas das ações a serem tomadas de forma institucional para o acolhimento dessas mulheres, que buscam se inserir no mercado de trabalho já em pé de desigualdade da maioria dos seus colegas de profissão. Outras iniciativas já tomadas por alguns professores como o ajuste do horário da aula, ou o pedido de participação da criança nas atividades propostas pelos docentes já podem ser implementadas de acordo com as dinâmicas de cada curso e cada disciplina.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. *Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil*. In: \_\_\_\_\_ (orgs). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. p. 15-77. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. 5ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

FREIDSON, Eliot. *La profesión médica - um estudio de sociologia del conocimiento aplicado*. Barcelona: Ed. Península, 1978.

HAYS, Sharon. **Contradições culturais da maternidade**. Rio de Janeiro, Gryphus, 1997.

HIRATA, Helena. *A nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.

LAGARDE, Marcela. **Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas**. Universidad Nacional Autónoma de México, 2005.

MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. *A politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento*. Revista Gênero, Niterói: NUTEG-EDUFF, v.6, n.1, p.81-104, 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Site do Ministério da Educação, 2023. **Mulheres são maioria na docência e gestão da educação básica**. Publicado em 07 de março de 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/dia-da-mulher-mulheres-sao-maioria-na-docencia-e-gestao-da-educacao-basica>> Acesso em: 27.mai.23.

PRIORE, Mary del. **Ao sul do corpo. Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colonial**. Rio de Janeiro; Brasília: José Olympio; UnB, 1993.

RICH, Adrienne. **Of a woman born: Motherhood as Experience and Institucion**. 2nd ed, W.W. Norton, 1986

RUDDICK, Sara. **Maternal Thinking: Toward a Politics of Peace**. Beacon Press, 1989.

SCAVONE, Lucila. **Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero**. Interface \_ Comunic, Saúde, Educ, v.5, n.8, p.47-60, 2005.

\_\_\_\_\_. **A Maternidade e o feminismo: diálogo com as Ciências Sociais**. Cadernos Pagu (16), p.137-150, 2001.

UFSM, Universidade Federal de Santa Maria. **Unidades Universitárias: Centro de Tecnologias**. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/unidades-universitarias/ct/>>. Acesso em: 28.jan.21.

\_\_\_\_\_. **Unidades Universitárias: Centro de Artes e Letras**. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/unidades-universitarias/cal/>>. Acesso em: 28.jan.21.

\_\_\_\_\_. **UFSM em números**. Disponível em: <<https://portal.ufsm.br/ufsm-em-numeros/publico/painel.html?categoria=102> >. Acesso em: 28.jan.21.

\_\_\_\_\_. **UFSM em números**. Disponível em: <<https://portal.ufsm.br/ufsm-em-numeros/publico/painel.html?categoria=101> >. Acesso em: 28.jan. 21.

\_\_\_\_\_. **Política de Igualdade de Gênero da Universidade Federal de Santa Maria**. Disponível em: <<https://portal.ufsm.br/documentos/publico/documento.html?id=13828565>> . Acesso em: 25.mar.22.

UNIÃO, Diário Oficial. **Portaria nº 604, de 10 de maio de 2017**. Ministério da Educação. Ed. 89, Seção 1, p. 14. Publicado 11 de maio de 2017. Brasília/DF. Disponível em: <[https://in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20208399/do1-2017-05-11-portaria-n-604-de-10-de-maio-de-2017-20208386](https://in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20208399/do1-2017-05-11-portaria-n-604-de-10-de-maio-de-2017-20208386)>. Acesso em: 30.jan.21.